

## **ACUMULAÇÃO PRIMITIVA' E 'PATRIARCADO DO SALÁRIO', A RELAÇÃO ENTRE FEMINISMO E MARXISMO NA OBRA DE SILVIA FEDERICI**

**'PRIMITIVE ACCUMULATION' AND 'WAGE'S PATRIARCHY', THE RELATIONSHIP  
BETWEEN FEMINISM AND MARXISM IN SILVIA FEDERICI'S WORK**

Susana de Castro<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto apresenta algumas das principais abordagens de Silvia Federici acerca do marxismo. Aborda os passos teóricos dados pela autora a partir de vasto levantamento histórico necessários para a justificativa de porque Marx não considerava o trabalho doméstico um trabalho e por esse fato ele não viu que as trabalhadoras domésticas eram também revolucionárias.

**Palavras-chave:** capitalismo, marxismo, feminismo, patriarcado

**Abstract:** *This text presents some of Silvia Federic's main approaches to Marxism. It addresses the theoretical steps taken by the author from a vast historical survey necessary to justify why Marx did not consider domestic work a real work and for this fact he did not see that the domestic working women were also revolutionaries.*

**Keywords:** *capitalism, marxism, feminism, patriarchy*

---

<sup>1</sup> Doutora em Filosofia pela Universidade de Munique (2003). Professora Associada de Filosofia do departamento de filosofia da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da mesma universidade. Coordenadora do laboratório Antígona de Filosofia e Gênero e coordenadora do projeto de extensão Vozes de Mulheres. Membro do GT Filosofia e Gênero da Anpof. Email: Susanadec@gmail.com <https://orcid.org/0000-0001-6290-2729>.

Frequentemente, nós, feministas, nos questionamos sobre a baixa adesão do feminismo entre as mulheres trabalhadoras das classes populares. Essa baixa adesão acaba por levar nossos detratores a chamar o feminismo de movimento político meramente intelectual, universitário, sem lastro na realidade da vida concreta da maioria das mulheres; um movimento ocupado majoritariamente por uma minoria de mulheres da classe média e média alta, com apoio da grande mídia liberal. Essa é, certamente, uma visão simplificada e tosca do feminismo, cujas conquistas ultrapassam às fronteiras de classe, beneficiando a todas as mulheres. Mas há algo nela que merece ser considerado com mais atenção. Não é possível negar que as pautas do feminismo liberal da chamada ‘segunda onda do feminismo’, capitaneada, entre outras, pela americana Betty Friedan, autora do *Mística Feminina* (1963/1971) estavam extremamente circunscritas aos interesses de classe das mulheres de classe média norte-americanas urbanas, que reivindicavam primordialmente o direito a trabalhar fora de casa. No livro, Friedan criticava a versão midiática da ‘mística feminina’, segundo a qual as mulheres teriam nascido para serem esposas e mães, e nada mais além disso.

Desde, então, muita coisa, de fato, mudou para as mulheres da classe média ocidentais. Elas deixaram, em grande medida, de ter o casamento como meta de vida e passaram a também construir carreiras profissionais. O problema, entretanto, é que a maioria das mulheres ao redor do mundo, não possui essa opção, de não ter o casamento como meta. Na realidade, se elevarmos em conta as mulheres do mundo todo, e de classes sociais populares, facilmente constataremos que a maioria se encontra ainda exclusivamente vinculada ao trabalho reprodutivo.

O que dizer para essas mulheres? Saiam de casa? Se libertem? Não, nos diz Silvia Federici, é preciso entender inicialmente que elas pertencem a classe de trabalhadores não assalariados, explorados pelo sistema econômico capitalista. O capitalismo, conivente, quando lhe convém, com a ‘mística feminina’, não lhes remunera pelo serviço diário de reprodução da força de trabalho, apesar de depender do seu trabalho para que a mão de obra masculina não acabe. Assim, se queremos que o feminismo faça sentido para a massa de trabalhadoras domésticas do mundo é preciso em primeiro lutar pelo seu reconhecimento enquanto trabalhadoras, cujo trabalho é útil não só para a sua família, mas para toda a sociedade.

Em sua obra, a feminista italiana Silvia Federici nos mostra o quanto a luta feminista é também uma luta-anticapitalista. Ainda que a divisão e hierarquia entre trabalhadores dos dois sexos existisse em épocas anteriores, a ideologia patriarcal ganhou contornos perversos tanto na fase pré-capitalista, quanto propriamente na instalação do capitalista no século XIX. Destruir o poder e

reconhecimento das mulheres foi uma estratégia central para a acumulação primitiva de capital, etapa necessária ao desenvolvimento do capitalismo. Quando, porém, o trabalhador participa da ideologia patriarcal capitalista de limitação do papel social da mulher ao papel de reprodutora da força de trabalho e da consideração dessa função social como exclusiva das mulheres, já que ‘biológica’, e, quando ele não vê as mulheres como aliadas na luta contra a sua exploração, quem ganha com isso não é ele, mas o capitalista, que assim consegue enfraquecer o movimento dos trabalhadores.

(...) um fator que permitiu ao capitalismo se reproduzir até os nossos dias foi precisamente sua capacidade de mobilizar setores do proletariado como instrumentos de políticas racistas, machistas e favoráveis aos avanços da colonização. Aliás, ao lado da discriminação racial, a habilidade dos homens de recuperar a força perdida no local de trabalho à custa das mulheres, provavelmente evitou revoluções. (FEDERICI, 2021, p. 17)

O movimento feminista Wages for Housework (Salários para o trabalho doméstico) fundado por Silvia Federici, Mariarosa Dalla Costa, Selma James e Brigitte Galtier em Pádua, Itália, em 1972, tem como um dos seus principais objetivos mostrar como o trabalho doméstico não assalariado, realizado principalmente por mulheres, é uma das bases de sustentação da sociedade capitalista, isto é, do enriquecimento de uns às custas da exploração da mão de obra de outros.

O feminismo é essencial para uma crítica construtiva do marxismo, na medida em que aponta as falhas de Marx tanto ao subestimar a importância das atividades reprodutivas e dos efeitos destrutivos do machismo e do racismo, quanto pela concepção excludente que ele tinha do trabalho e dos sujeitos revolucionários. Esses aspectos da obra de Marx são incompatíveis com a luta por justiça social.

Em “Planejamento contraestratégico na cozinha” (1975/2021, p.23 e seg.), escrito em conjunto com Nicole Cox, Federici explica porque a ideia de Marx segundo a qual o capital domina e se expande por meio do salário não abarcou a ideia igualmente real de que a exploração de trabalhadoras e trabalhadores não assalariados também se estabeleceu por meio do salário. No que concerne às mulheres a ausência de um salário faz parecer que o trabalho que executam é de assistência pessoal, alheio ao capital, por isso, Marx e a esquerda marxista não consideram que as trabalhadoras domésticas pudessem ser agentes revolucionários a favor da “luta de classe” (1975/2021, p.23). Grande parte da esquerda marxista considera que a linha divisória entre o proletariado e o lupemproletariado é o salário. A enorme parcela dos trabalhadores não assalariados, como as donas de casa, os trabalhadores que à época de Marx ainda eram escravizados nas colônias, e os atuais trabalhadores informais, entre outros, não são considerados agentes revolucionários por lhes faltar uma consciência de classe. Um dos maiores entraves à percepção do trabalho das donas de

casa como trabalho, reside na associação normalmente feita, também por Marx, entre trabalho e tecnologia, isto é, máquina e conhecimento especializado. Para Marx, o desenvolvimento do capitalismo era uma etapa necessária para o comunismo na medida em que o avanço tecnológico proporcionado pelo capitalismo industrial seria utilizado depois em prol da redução da jornada dos trabalhadores, quando estes fossem os donos dos meios de produção, para que pudessem se dedicar a atividades mais importantes. Além de subestimar “a destruição ecológica e social que a indústria produziria e o poder letal que ela daria à classe capitalista”, Marx e toda a tradição marxista subestimaram a enorme energia necessária para a jornada de trabalho de uma dona de casa (FEDERICI, 2021, p. 18).

Assim que erguemos a cabeça das meias que cerzimos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade de nossa jornada de trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico é, na verdade, muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. (...) Por trás de cada fábrica, de cada escola (...) existe o trabalho oculto de milhões de mulheres (...). (FEDERICI, 1975/2021, p. 29; grifos meus)

Esse ‘trabalho oculto’ das mulheres no mundo capitalista, não era tão oculto assim na época feudal. As mulheres tiveram um importante papel nas lutas que o proletariado medieval (pequenos agricultores, artesãos e trabalhadores) travaram contra o poder feudal. Foi por isso, que foram especialmente perseguidas nos séculos XVI e XVII durante a inquisição, acusadas de ‘bruxaria’. O capitalismo, que começou agrário, com o cercamento das terras comuns, para depois se tornar industrial, no século XIX, graças ao capital de investimento acumulado nos séculos anteriores, foi a resposta das elites políticas e econômicas do feudalismo, senhores feudais, mercadores, bispos e papas, a “um conflito social centenário que chegou a fazer tremer seu poder e realmente produziu “uma grande sacudida mundial” (FEDERICI, 2017, p.44) Combinada à recusa do trabalho servil e relações comerciais injustas, a luta contra o poder feudal também produziu as primeiras tentativas de estabelecer relações entre homens e mulheres mais igualitárias e uma ordem social igualitária, “baseada na riqueza compartilhada e na recusa às hierarquias e ao autoritarismo” (FEDERICI, idem, p. 45).

Como mostra Federici, a servidão se desenvolveu na Europa entre os séculos V e VII, em resposta ao desmoronamento do sistema escravista que havia sustentado a economia da Roma Imperial. Do ponto de vista das relações de trabalho, o mais importante nesta mudança econômica, foi a permissão dada aos servos para que detivessem os meios de sua reprodução. Em troca do trabalho que realizavam nas terras dos senhores, os servos recebiam uma parcela de terra que podiam utilizar-se para manter-se e deixar a seus filhos como herança. A experiência com o acesso à terra para plantar

para a sua subsistência e de seus filhos teve também, assinala Federici, um potencial político e ideológico entre os servos. Além da terra para plantar para si, os servos também dispunham de “espaços comunais” – pradarias, bosques, lagos, pastos: “que proporcionavam recursos imprescindíveis para a economia camponesa (lenha para combustível, madeira para construção, tanques de peixes, terras de pastoreio) ao mesmo tempo que fomentavam a coesão e a cooperação comunitárias” (FEDERICI, 2017, p.51) Apesar da terra ser entregue aos homens e transmitida pela linhagem masculina, a responsabilidade pelo seu cultivo era da unidade familiar, e as mulheres não só trabalhavam nela, mas podiam dispor dos produtos de seu trabalho. Na aldeia feudal não existia separação social entre produção de bens e reprodução da força de trabalho. Não havia a ideia de que por realizarem trabalhos de reprodução (cuidar de filhos, cozinhar), além dos de produção, comum a todos, as mulheres deveriam ser socialmente desvalorizadas. Além disso, a divisão sexual do trabalho longe de ser uma fonte de isolamento, era uma fonte de poder e proteção para as mulheres, pois as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares. A maioria das atividades de reprodução realizadas pelas servas era realizada em cooperação com outras mulheres.

Apesar dessa aparente melhoria entre os sistemas econômico escravista e a servidão, nem por isso as condições de vida dos camponeses eram ideais. Contrariamente a visão tradicional de que a Idade Média foi um período estático, sem crises sociais profundas, “o retrato que emerge do estudo sobre o feudo é, na verdade, de uma luta de classe incansável” (FEDERICI, 2017, p.54) Assim, no século XIV as revoltas camponesas se tonaram constantes, massivas e frequentemente armadas. “O objetivo principal dos servos era preservar seu excedente de trabalho e seus produtos, ao mesmo tempo que ampliavam a esfera de direitos econômicos e jurídicos” (FEDERICI, idem, p. 54)

Verificou-se que entre 1350 e 1500 houve uma transformação da relação de poder entre servos e senhores. Apesar da monetização do trabalho e da moradia, introduzidos para aplacar os conflitos sociais, terem tido efeitos destrutivos e excludentes, dividindo o campesinato, no período mencionado acima os salários aumentaram 100% e os aluguéis baixaram 33%. Para combater essa tendência à desacumulação, igreja, nobreza e burguesia agrária se uniram, pondo em marcha no século XV a uma verdadeira contrarrevolução. Criaram Estados Nacionais monárquicos absolutistas, com o poder centralizado nos Reis, iniciaram guerras internas pela tomada da terra dos países vizinhos,<sup>2</sup> e, internamente, cercaram as terras comunais impedindo o exercício dos direitos consuetudinários à pesca, à caça nesses espaços, imprescindíveis à sobrevivência dos camponeses.

---

<sup>2</sup> Como mostra Carl Smith (2014), a guerra interna entre os países europeus só foi pacificada quando se iniciou no século XVI a corrida pelos territórios ultramarinos.

Além disso, expulsaram os camponeses de suas terras através de mecanismos de endividamento, especulação imobiliária, aumento dos impostos e perseguição às mulheres. Uma grande massa de camponeses empobrecidos e famintos foram obrigados a sair dos campos em direção aos centros urbanos em busca da própria sobrevivência. Por não quererem viver de trabalho assalariado, dependente de um pagamento miserável para viver, muitos jovens se tonaram andarilhos, vagabundos que perambulavam pelas estradas europeias vivendo do que conseguissem, enquanto muitas mulheres, que não podiam seguir essa vida de andarilha por ficarem com a responsabilidade pelo cuidado dos filhos, acabavam se prostituindo nas cidades.

Outro fator central na contrarrevolução das classes dominantes contra os camponeses foi a chamada ‘caça às bruxas’. Apesar de em menos dois séculos (séculos XVI e XVII), centenas de milhares de mulheres terem sido queimadas, enforcadas e torturadas, este fenômeno recebeu pouquíssima atenção dos historiadores marxistas que não viram a conexão entre ele e o desenvolvimento do capitalismo (FEDERICI, 2017, p. 290 e seg.).

(...) o desencadeamento de uma campanha de terror contra as mulheres, não igualada por nenhuma outra perseguição, debilitou a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e pelo Estado, em uma época na qual a comunidade camponesa já começava a se desintegrar sob o impacto combinado da privatização da terra, do aumento dos impostos e da extensão do controle estatal sobre todos os aspectos da vida social. (FEDERICI, 2017, p. 294)

Mulheres idosas, viúvas que não possuíam filhos, vozes de lideranças em suas aldeias, se viram de uma hora para outra sem condições econômicas de sobrevivência. Analisando as acusações e julgamento de bruxarias na Inglaterra, Federici mostra porque o cercamento das terras comunais foi essencial na produção da caça às bruxas (2019). A maioria dos indícios é, entretanto, circunstancial, já que nos autos dos julgamentos as acusações giram em torno de supostas feitiçarias. Esses indícios são, o fato de que na Inglaterra, assim como no restante da Europa, as caças às bruxas terem sido um fenômeno predominantemente rural; e, as mulheres mais velhas terem sido as mais afetadas pela elevação dos preços dos grãos e a perda dos direitos consuetudinários, que as deixou sem ter de onde tirar o sustento, principalmente se fossem viúvas ou não tivessem filhos com capacidade para ajudá-las (FEDERICI, 2019, p.49 e seg.). Demonizar as mulheres mais velhas e queimá-las em praça pública serviam também como estratégias eficazes de intimidação, para que as mulheres não tentassem ultrapassar a esfera doméstica e se meter em assuntos políticos. O interesse da igreja e do Estado era o de quebrar a união política dos camponeses, limitando a atividade das mulheres às atividades reprodutivas (FEDERICI, 2017).

Karl Marx analisou as condições de acumulação primitiva do capital na chamada ‘transição do feudalismo para o capitalismo’, do século XV ao XVII, sem considerar que o trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres também contribuiu para a acumulação primitiva do capital, responsável pelo financiamento da chamada Revolução Industrial no século XIX. A obra de Silvia Federici procura cobrir essa lacuna deixada por Marx tanto a respeito da importância da chamada ‘caça às bruxas’ para derrota do campesinato europeu, quanto a respeito das profundas transformações que o capitalismo introduziu no trabalho reprodutivo das mulheres.

(...) não encontramos em seu trabalho nenhuma menção às profundas transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres. Na análise de Marx sobre acumulação primitiva tampouco aparece alguma referência à “grande caça às bruxas” dos séculos XVI e XVII, ainda que essa campanha terrorista patrocinada pelo Estado tenha sido fundamental para a derrota do campesinato europeu, facilitando sua expulsão das terras anteriormente comunais. (FEDERICI, 2017, p. 118)

É importante salientar que para Federici (2017, p.116), o termo ‘transição’, criado nos anos 1940 e 1950 por historiadores britânicos, é aqui mal aplicado, pois, na verdade, a passagem de um sistema agrário e de servidão para o industrial e assalariado, não foi feito de maneira tranquila como o termo dá a entender, mas sim de forma extremamente violenta. ‘Transição’ é um termo que só serve para marcar a temporalidade histórica. Para caracterizar o aspecto violento do processo, o melhor termo é ‘acumulação primitiva’, diz Federici.

Como dito acima, na Baixa Idade Média, por causa de uma crise de acumulação que se prolongou por mais de um século, a economia feudal foi condenada. A economia feudal não podia se reproduzir e nem a sociedade capitalista poderia evoluir dela, já que a autossuficiência adquirida através das lavouras familiares e das terras comunais, permitia a riqueza do povo, mas excluía a possibilidade da riqueza capitalista (MARX *apud* FEDERICI, 2017, p.115-116). Marx cunhou o termo “acumulação primitiva” para descrever a reestruturação social e econômica iniciada pela classe dominante europeia em resposta à crise da acumulação. Adotando a perspectiva do proletariado industrial assalariado, considerado por ele, o protagonista do processo revolucionário, concluiu que a acumulação primitiva do capital se deu através principalmente da expropriação do campesinato europeu e na constituição do trabalho assalariado. Ele também reconheceu que o ouro e a prata das Américas, a escravidão e o sepultamento da população nativa nas minas foram momentos fundamentais da acumulação primitiva (*apud* FEDERICI p.118).<sup>3</sup> Ao contrário de Marx, Federici dá

---

<sup>3</sup> Para intelectuais latino-americanos, membros do movimento intitulado colonialidade/modernidade, a conquista da América não foi apenas *um* dos fatores no processo pré-capitalista de acumulação primitiva, ele, na verdade, foi *o* fator decisivo, visto que foi nesse contato com o Outro, não-europeu, o nativo das Américas e da África, que se inaugurou uma

grande destaque em seu trabalho para a violência colonial e seus desdobramentos. Para a autora, a privatização da terra nas Américas foi o maior cercamento de terras desse período de acumulação primitiva, do século XV ao XVII, levando à miséria e à morte milhões de pessoas. Mas seu principal foco, igual a Marx, é a violência perpetrada pelas classes dominantes europeias na Europa durante o processo de acumulação primitiva. Como Marx, ela acredita que o processo de cercamento das terras na Europa teve um papel decisivo no empobrecimento da população e na acumulação de riqueza pela elite econômica, mas diferente de Marx, ela acredita que a expropriação do trabalho feminino também foi fundamental. Na verdade, o cercamento das terras e a caça às bruxas são etapas importantes na exclusão das mulheres dos processos de produção e em sua restrição à atividade considerada ‘não produtiva’, a reprodução.

Essa política de estímulo ao trabalho reprodutivo das mulheres trabalhadoras e sua reclusão no ambiente doméstico, sofre um abalo quando no século XIX, a mão de obra feminina e infantil é utilizada pela indústria (FEDERICI, 2021). As mulheres, então, ainda que vivessem um regime de trabalho extenuante nas fábricas, passaram do dia para a noite do status de trabalhadoras não-assalariadas aos status de trabalhadoras assalariadas. O trabalho reprodutivo passou então a segundo plano na vida de muitas operárias, que passaram a integrar a frente sindical de luta dos trabalhadores por melhores condições. As péssimas condições de trabalho quase levaram a uma revolução proletária na Europa com o advento da Comuna de Paris em 1871. Apesar de só ter durado dois meses, ela foi um alerta aos capitalistas. Se não fossem capazes de melhorar as condições de trabalho dos operários, corriam o risco de perder tudo. Foi assim que, as reformas sociais fizeram com que a indústria não mais empregasse a mão de obra infantil e a mão de obra das mulheres. Estas foram estimuladas a voltarem para seus lares e se dedicarem a reprodução da mão de obra, seja no trabalho diário de cuidado da recuperação das forças dos operários, seja na gestação de novos operários. O operário ganha um aumento salarial porque o capitalista quer manter as mulheres em casa, trabalhando de graça para ele; pois, a partir de então ganha salário-família, supostamente suficiente para ele alimentar sua família. As mulheres passam assim a depender dos salários dos maridos. Os próprios operários estimulados pelos ganhos maiores passam a hostilizar as mulheres operárias que ainda trabalhavam nas indústrias, até que fosse impossível a convivência. O capitalismo conseguiu assim solucionar dois problemas de uma só vez. As insurreições operárias se arrefecem, os operários homens se colocam contrários a presença das mulheres na fábrica e desta forma a força do movimento operário é

---

nova forma de poder mundial, cujo eixo central de dominação é a ideia de ‘raça’, e que continuará presente e atuante mesmo após o fim do colonialismo determinando uma divisão internacional do trabalho.

fracionado. O suposto salário maior para cobrir as despesas de reprodução, na verdade, só são suficientes para tal porque o capitalista se exime da tarefa de remunerar a mulher que cuida para que essa força de trabalho se reestabeleça ao fim de uma jornada de trabalho, e possa retornar no dia seguinte com a força renovada. O trabalho necessário para a reprodução é dado de grátis para o capitalista, que faz uso aqui da ideologia patriarcal, da natureza essencialmente amorosa e cuidadora das mulheres para justificar sua dependência ao salário do marido-operário.

### **Considerações Finais**

Tradicionalmente, associamos a luta feminista com a luta pela igualdade entre homens e mulheres, ou seja, com a luta pela igualdade com os homens no que diz respeito ao acesso ao trabalho assalariado, ao dispor do seu corpo conforme for de seu interesse, à liberdade de ir e vir etc. O que os trabalhos de Silvia Federici (2021, 2017, 2019) nos mostraram, entretanto, é que ao não colocar a discussão de suas pautas dentro da discussão mais geral acerca das bases exploratórias do capitalismo, o feminismo acaba servindo aos interesses do capital, de sua base exploratória da força de trabalho e na criação da pobreza como condição para a sua reprodução. Sua tese central ao longo de todos os livros é a de que o trabalho de reprodução da força de trabalho feito pelas mulheres em ambiente doméstico, entra na conta do lucro de mais valia do capitalista na medida em que ele não gasta um vintém para remunerar as mulheres por esse trabalho de cuidado e reprodução – essenciais para a reprodução da força de trabalho. Em termos sintéticos, podemos concluir com Federici de que não há luta pela igualdade das mulheres se essa luta não for feita também contra o capitalismo que explora igualmente homens e mulheres trabalhadores. Federici recorre à história do capitalismo e da acumulação primitiva de capital para explicar por que a ideia de que as mulheres nasceram para ‘cuidar’, por isso realizariam por amor as tarefas de cuidado, sem a necessidade de serem remuneradas, é um constructo ideológico do sistema econômico capitalista.

Não é possível deixar de considerar o fato de que as mulheres que hoje disputam com os homens os melhores salários e posições no mercado de trabalho, ocupam esses espaços não apenas porque a sociedade mudou e hoje aceita que mulheres trabalhem fora de casa, mas também porque as mulheres de classe média contratam com seus salários superiores, mulheres trabalhadoras, por um salário bem baixo, para fazer o trabalho doméstico em suas casas.

O capitalismo depende da pobreza para existir, pois são as condições de penúria, que levam um indivíduo a aceitar trocar sua força de trabalho por um salário miserável. Não fosse o fato de o

capitalismo agrário ter cercado as terras na Europa, impedindo os pequenos agricultores de manterem seus direitos consuetudinários em terras comunais, jamais os homens daquela época teriam se submetido a monetarização do trabalho, a sua mercantilização.

Karl Marx analisou as condições de acumulação primitiva do capital a partir da transição do feudalismo para o capitalismo do século XV ao XVII, mas em momento algum ele considerou que a não remuneração da força de trabalho reprodutivo das mulheres também contribuía para a acumulação primitiva do Capital.

### **Referências bibliográficas**

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

----- . *Calibã e a bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

----- . *Mulheres e caça às bruxas*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRIDAN, Betty. *Mística Feminina*. Trad. Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

SCHMITT, Carl. *O Nomos da Terra no Jus Publicum Europeaum*. Tradução Alexandre Franco de Sá et ali. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2017.